

Elane da Silva Barbosa



Universidade Estadual do Ceará (UECE)
elanesilvabarbosa@hotmail.com

Silvia Maria Nóbrega-Therrien



Universidade Estadual do Ceará (UECE)
silnt@terra.com.br

FORMAÇÃO PARA O CUIDADO NO CURSO DE ENFERMAGEM: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

RESUMO

Objetiva-se caracterizar a formação para o cuidado de Enfermagem, realizada no Estágio/Internato, do curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará - UECE, no período de 1979 a 2018. Trata-se de investigação qualitativa, com abordagem histórica, do tipo documental, voltando-se para Projetos Pedagógicos e matrizes curriculares de Enfermagem. O Estágio encontra-se em constantes transformações. No último currículo, passou a ter como proposta Internato. É preciso reconhecer a dinamicidade do currículo, que atende às demandas da profissão, bem como as perspectivas pedagógicas da formação. Portanto, o desenvolvimento desse tipo de pesquisa constitui-se pertinente estratégia para conhecer melhor os aspectos que perpassam a Educação em Enfermagem.

Palavras-chave: Cuidado de Enfermagem. Currículo. Educação em Enfermagem. Estágio.

EDUCATION FOR CARE IN THE NURSING COURSE: WHAT THE INSTITUTIONAL DOCUMENTS SAY

ABSTRACT

The objective is to characterize the education for Nursing care, carried out in the Internship, of the Nursing course at the State University of Ceará - UECE, from 1979 to 2018. This is a qualitative investigation, with a historical approach, of a documental type, turning to Pedagogical Projects and Nursing curricular matrices. The internship is constantly changing. In the last curriculum, it started to offer Internship as a proposal. It is necessary to recognize the dynamics of the curriculum, which meets the demands of the profession, as well as the pedagogical perspectives of training. Therefore, the development of this type of research constitutes a relevant strategy to better understand the aspects that permeate the Nursing Education.

Keywords: Nursing care. Curriculum. Nursing Education. Internship.

Submetido em: 22/08/2020

Aceito em: 22/03/2021

Publicado em: 31/08/2021



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13n32p323-347>



1 INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta de recorte de tese defendida no ano de 2019, em Programa de Pós-Graduação em Educação da região nordeste, mais especificamente no Ceará. O referido trabalho de Doutorado teve como escopo a formação da enfermeira¹ para o cuidado, tomando como referência o estágio e o internato de Enfermagem, sob uma perspectiva histórica, partindo da trajetória desse ensino. Assim, buscou-se compreender a trajetória histórica da formação para o cuidado no Estágio/Internato do curso de Enfermagem de Universidade pública cearense, evidenciando seus elementos de continuidade e ruptura, no período de 1979 a 2018.

Conforme Colombo e Ballão (2014), historicamente, o estágio passou por uma evolução, transitando, na Idade Média, de uma mera atividade realizada pelo discípulo – aprendiz, de acompanhar o mestre no exercício de suas funções, para, no decorrer do tempo, constituir-se uma atividade que integra o currículo, sendo ofertada pelas instituições educativas.

Nesse sentido, o verbete estágio advém do latim medieval: *stadium*, significando “residência”, “morada”; “local de estadia”, aparecendo inicialmente em 1080. Na literatura francesa, esse termo surge no ano de 1630, referindo-se ao espaço para onde os padres se retiravam para exercitar a sua função, antes de assumir esse papel oficialmente como sacerdotes. Era como se fosse um treinamento. Nas línguas espanhola e inglesa, por sua vez, a palavra estágio tem a seguinte grafia: *practicum*, sendo assim, desde a sua gênese, o termo estágio relaciona-se à aprendizagem que ocorre num determinado lugar sob a supervisão de outrem (COLOMBO; BALLÃO, 2014; ZABALZA, 2014).

Há dificuldade, porém, em estabelecer, como aponta Zabalza (2014), conceito único de estágio, porque existem variações de acordo com o contexto histórico e a profissão, todavia tem uma coisa comum: a possibilidade de complementar os estudos acadêmicos, ou alternar com a formação em campos de trabalho, inserindo os alunos no seu futuro ambiente laboral, a fim de estabelecerem diálogo entre o pensar e o fazer.

¹ A utilização dos vocábulos enfermeiras/alunas, ao invés dos termos enfermeiros/alunos, é proposital. Mesmo entendendo que o sexo feminino não é exclusividade no coletivo profissional da Enfermagem, faz-se essa escolha por compreender que essa categoria profissional constituiu-se, desde os seus primórdios, eminentemente feminina. Assim, o uso de substantivos/expressões no feminino ao se referir aos sujeitos que compõem a Enfermagem denota a tentativa de problematizar a lógica preponderante no imaginário coletivo, marcada pelo machismo, o utilitarismo e o racionalismo que, ainda, subjuga as mulheres e os homens, dentre outras coisas, por menosprezar as características daquelas e por impedir estes de vivenciarem a afetividade nas relações interpessoais. Há, portanto, uma necessidade de valorizar a presença mais intensa da mulher, desde a gênese da Enfermagem, e, ao mesmo tempo, enfatizar a presença do homem nesta área, ressaltando que o cuidado não se relaciona ao ser homem ou ser mulher, e sim ao ser humano.

Na realidade brasileira, consoante Colombo e Ballão (2014), as mudanças no estágio vieram em decorrência dos debates promovidos pela legislação educacional, que foram essenciais para o aprimoramento da concepção de estágio, assim como por delinear as suas diretrizes. Complementando esse raciocínio, a partir da década de 1970, as leis em relação ao estágio começaram a ficar mais definidas, “[...] daí passou a ser uma questão recorrente até o final da primeira década do século XXI, quando certamente ganhou novos contornos – entretanto, não isentos de interpretações distintas e operacionalizações parcimoniosas” (MARRAN, LIMA e BAGNATO, 2015, p. 99).

Assim, faz-se importante estudar as concepções e percepções que perpassam o estágio com a finalidade de compreender como vem ocorrendo essa etapa do processo formativo. Isso se torna ainda mais pertinente quando se adota uma perspectiva histórica. Conforme Colombo e Balão (2014), Conde (2016), e Marran, Lima e Bagnato (2015), o estágio foi passando por transformações no decorrer do tempo e, portanto, conhecê-las é indispensável para entender como foi se constituindo, adotando a conformação atual. Como discorre Freire (2005), para entender o presente, faz-se preciso reportar-se ao passado, compreendendo-o e, assim, ter subsídios para constituir um futuro diferente.

Zabalza (2014) pondera que há bastantes debates sobre o ensino superior, no entanto ainda não existe uma discussão consistente sobre o estágio nesse nível de ensino. Assim, esse período ainda se constitui um espaço a ser explorado, compreendido e organizado de acordo com o que está posto no currículo. Por isso, emerge a necessidade de mais publicações acerca da teorização do estágio e o seu papel na formação nos distintos cursos de graduação.

Ao se reportar para o curso de graduação em Enfermagem, o cuidado ocupa papel central, visto que é considerado a *razão de ser* da profissão, ou seja, produzir assistência em níveis individual e coletivo, que atenda às demandas dos sujeitos na sua integralidade. Vieira e Silveira (2011) abordam que, em muitas circunstâncias, o cuidado de Enfermagem que vem sendo ensinado enfoca apenas a dimensão técnica, concebida como uma intervenção, o procedimento enquanto fim do trabalho da enfermeira, e não um meio/um instrumento para o cuidado. Então, ainda prevalece na educação em Enfermagem, o modelo biomédico, que prepara o sujeito apenas para realizar procedimentos, quando o docente, como mediador desse processo ensino-aprendizagem, poderia desempenhar um papel importante na construção dessa concepção acerca de cuidado e do modo como o sujeito vem aprendendo a cuidar em Enfermagem

Nesse panorama, o estágio ocupa lugar primordial, ao pensar na própria origem da profissão, em particular do seu ensino, que surge, eminentemente, com a inserção dos

alunos na realidade do hospital. Para Collière (2001), a Enfermagem foi-se desenvolvendo desde os primórdios da humanidade. No princípio, não havia um saber organizado e fundamentado teoricamente, o que se deu apenas na Idade Moderna. Então, o cuidado nasce no espaço do lar, tendo a mulher como cuidadora, com a gênese do que, séculos depois, seria uma profissão. Assim, de início, o aprendizado se dava pela observação e convivência com outras mulheres, a partir das experiências do cotidiano.

A educação formal na Enfermagem, com uma proposta, ainda que incipiente, de currículo, pressupostos pedagógicos e organização escolar ocorreu apenas no século XIX, em 1860, com a criação da primeira escola de Enfermagem no Hospital Saint Thomas, em Londres, fundada por Florence Nightingale, considerada precursora da Enfermagem Moderna. Antes desse marco histórico, o cuidado de Enfermagem encontrava-se sob a responsabilidade das religiosas que aprendiam a cuidar, cuidando, ou seja, a partir das próprias vivências de cuidar dos doentes. Inclusive os fundamentos que orientaram Florence acerca da formalização do ensino de Enfermagem, além da sua vasta cultura, dos seus estudos e da sua inteligência, foram os estágios que realizou com as irmãs de caridade de São Vicente de Paula, em Paris, bem como com as Diaconisas de Kaiserswerth, na Alemanha (PADILHA; MANCIA, 2005).

Considera-se pertinente apresentar, ainda que de forma breve, a compreensão teórica sobre currículo que orienta esta investigação. *A priori*, é preciso ponderar que qualquer tentativa de conceituar currículo sempre será perpassada por uma atmosfera de poder, tendo em vista que não há neutralidade nesse campo. O currículo traz uma ideologia. Retrata uma filosofia sobre o educar. Apregoa, assim, uma intencionalidade educacional. Desse modo, o currículo tem o papel de orientar a formação do indivíduo, nortear, apontar que caminho seguir. Só que esse caminho não é simplesmente explícito, harmônico e pacífico; pelo contrário, é marcado por mensagens implícitas que afetam tanto ou mais que as claramente pronunciadas. Logo, o currículo é território de contestação, em que há disputa de poderes, forças que desejam manter a ordem estabelecida e energias que pretendem semear mudanças, nos mais diversos âmbitos, inclusive nas estruturas sociais. Nessa seara, o sujeito é formado e forjado em sua identidade (SILVA, 2005).

Retornando para o ensino de Enfermagem no contexto brasileiro, em 1890, no Rio de Janeiro, houve a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, fundada no Hospício Pedro II, também denominado de Hospital Nacional de Alienados, com o escopo de formar profissionais aptos para o cuidado de Enfermagem,

principalmente, em relação aos sujeitos em tratamento psiquiátrico (OLIVEIRA *et. al.*, 2007).

Ante esse breve panorama da gênese do ensino de Enfermagem, identifica-se que a profissão sempre esteve relacionada ao fazer, à realização de procedimentos, à execução de tarefas, o que desencadeou, historicamente, dentre outras ideias, a imagem de que o enfermeiro é um executor de ações, cuja prática subordina-se à teoria. Por isso, como uma das consequências, os alunos, ao adentrarem no curso, vislumbravam-no com um caráter eminentemente prático, portanto há uma supervalorização para o momento do estágio, concebendo-o, por vezes, como um espaço para fazer, e não saber-fazer. Desse modo, existe a necessidade de se (re)pensar o estágio enquanto espaço para uma práxis, diálogo intrínseco entre teoria e prática, na graduação em Enfermagem.

A compreensão dessa trajetória do estágio sob uma perspectiva histórica também contribui com os estudos sobre o processo formativo do enfermeiro, os quais, segundo Geovanini *et al.* (2019), ainda se mostram escassos ante a complexidade da temática. No concernente à realidade cearense, para Nóbrega-Therrien, Almeida e Silva (2008 a,b), além da ausência de preservação histórica da própria categoria, há poucas investigações que enfocam como se foi conformando o ensino de Enfermagem no estado.

Nesse sentido, este artigo objetiva caracterizar a formação para o cuidado de Enfermagem, realizada no Estágio/Internato, do curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará - UECE, no período de 1979 a 2018.

2 METODOLOGIA

Trata-se de investigação qualitativa, com abordagem histórica. Para Ludke e André (2013), na pesquisa qualitativa nenhum fato na realidade é comum; tudo pode fornecer pistas para o seu entendimento. Assim, preocupa-se com o processo de desenvolvimento da pesquisa em si, e não simplesmente com os resultados alcançados, porque se entende que esse *continuum* investigativo leva à compreensão da realidade.

A abordagem histórica visa entender a realidade em estudo, a partir das percepções, concepções e experiências (FREITAS, 2002). Para Padilha e Borenstein (2005), ao se valorizar o contexto sócio-histórico, compreende-se melhor como a problemática delinea-se. Portanto, a pesquisa com abordagem histórica, visa entender uma determinada temática no seu contexto temporal, voltando-se para os aspectos socioculturais que a caracterizam.

Ao adotar essa abordagem histórica, reporta-se para um contexto específico: a formação da enfermeira para o cuidado na UECE, de 1979 a 2018. Nessa instituição, reporta-se para o curso de Graduação em Enfermagem e, mais especificamente, o Internato, o qual sucedeu o Estágio, entendido como unidade teórico-prática em que as alunas se inserem nas instituições de saúde, nos semestres finais do curso.

Utilizou-se a fonte documental, a qual, segundo Ludke e André (2013), refere-se à pesquisa realizada a partir de documentos, ou seja, de escritos que já existem e que se constituem em sítio para descoberta de informações. Assim, os documentos também se constituem como fonte histórica.

Então, reporta-se, como fonte de dados, aos documentos institucionais, os quais se materializam nos Projetos Pedagógicos do Curso – PPC - e as matrizes curriculares do curso de Enfermagem da UECE, ao longo do tempo. No que tange às matrizes curriculares, o curso de Enfermagem da UECE conta com cinco, no período de 1979 a 2018, recorte temporal deste artigo. A primeira matriz foi homologada em 1979.2; a segunda, em 1981.2; a terceira, 1985.2; a quarta no ano de 1997.1 e, por fim, o currículo mais atual, que está em vigor é o de 2005.1. Acessaram-se também os Projetos Pedagógicos do Curso de Enfermagem (1997 e 2005). Destaca-se que, embora a matriz de 1985.2, não tivesse um Projeto Pedagógico, havia um documento que justificava a implementação do referido currículo.

O argumento para trabalhar com esse tipo de documento diz respeito ao fato de o currículo, consoante Silva (2005), configurar-se num grupo seletivo de conhecimentos e saberes que devem ser estudados para a compreensão de uma determinada temática. Essa seleção ocorre num universo amplo de conhecimentos e saberes dos quais são escolhidos aqueles considerados os mais relevantes para serem ensinados/aprendidos, a partir da perspectiva de quem os seleciona. Essas são conformações almejadas pela instituição formadora, porém há outras que são realizadas no próprio cotidiano do processo de ensinar e aprender e geram efeitos e consequências no processo formativo e que também constituem a matriz curricular.

Então, o estudo dos currículos do curso de Enfermagem proporciona o entendimento de que conhecimentos orientam a formação para o cuidado no Estágio/Internato da UECE. Nesse sentido, analisar as matrizes curriculares elaboradas em diferentes períodos históricos possibilita compreender como essa trajetória da formação para o cuidado foi evoluindo, percebendo, pois, as rupturas e as continuidades que estão imbricadas com as próprias mudanças no contexto social e as próprias transformações na Saúde/Enfermagem.

Em relação à justificativa para a utilização do Projeto Pedagógico como fonte de pesquisa, ancora-se em Veiga (1998), que apresenta esse documento como aquele que não se restringe simplesmente à dimensão pedagógica. Constitui-se um produto que resulta de construção coletiva, capaz de refletir a realidade da instituição, a qual se encontra inserida num contexto que é, ao mesmo tempo, influenciador bem como influenciado por ela. Nesse sentido, o projeto pedagógico norteia, orienta, aponta uma direção para um compromisso estabelecido entre os sujeitos em relação ao processo formativo. Logo, estudar os Projetos Pedagógicos do Curso de Enfermagem da UECE, como documentos que norteiam o processo formativo, possibilitam identificar como o cuidado fundamenta a formação da enfermeira, mais especificamente tomando como referência o Estágio/Internato.

Teve-se acesso a essa documentação no Setor de Controle Acadêmico e na Coordenação do curso de Enfermagem da UECE, além do próprio Núcleo de Documentação, História e Memória da Enfermagem – o NUDIHMEEn, que atualmente funciona na UECE.

Há várias técnicas de coleta de dados na investigação de natureza qualitativa. No entendimento de González (2016), estas devem ser escolhidas pelo pesquisador levando em consideração a natureza, o objeto e os objetivos do estudo. Sob essa perspectiva, enquanto técnica para a coleta de dados, foi utilizada a coleta documental, a qual consiste na ação de extrair dados dos documentos institucionais.

Sendo assim, elaborou-se um roteiro que orientou esse processo de coleta de dados documental, o qual se estrutura em três eixos: identificação, caracterização e produção, que enfocou onde, por quem, quando e para quem foi produzido o documento e como se caracteriza: estrutura; finalidade e conteúdo, o qual se reporta para a percepção de qual a finalidade do documento e que conteúdo enfoca e como o enfoca, se faz relações com outros textos/documentos e, por fim, concepções, isto é, que perspectivas acerca da formação da enfermeira para o cuidado estão presentes nos documentos, particularmente no que tange ao Estágio/Internato.

Após coletar os dados, eles foram tratados, sistematizados, analisados. Para tanto, foi estabelecido um diálogo entre os dados coletados, por meio da fonte documental, e os teóricos que fundamentam na construção deste estudo (MINAYO, 2012), ou seja, os dados foram analisados à luz dos teóricos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estágio Supervisionado pode propiciar mudanças na formação inicial dos estudantes, ao articular teoria e prática, no contexto do trabalho. Por isso, é pertinente estudar como o estágio foi-se conformando no decorrer da sua trajetória. Para tanto, os documentos que o norteiam, tanto em âmbito nacional como institucional, são fontes de conhecimento acerca dessa temática (CONDE, 2016). Assim, nesta seção, reporta-se para a análise do Estágio/Internato, no decorrer do curso de Enfermagem da UECE, no período de 1979 a 2018, enfocando as respectivas legislações que influenciaram cada uma das propostas curriculares: 1979.2; 1981.2; 1985.2; 1997.1 e 2005.1.

No primeiro currículo de Enfermagem da UECE, publicado no segundo semestre de 1979, não há menção ao estágio, embora ele acontecesse, conforme aponta Mendes (2013) ao realizar pesquisa histórica, com fonte documental, bem como entrevistas com sujeitos que participaram da trajetória do ensino de Enfermagem cearense. No currículo seguinte, o de 1981.2, o Estágio aparece com a denominação de “Estágio Enfermagem” no 9º semestre, totalizando 480 horas (32 créditos), dividindo-se em Estágio Enfermagem Materno Infantil e Estágio Enfermagem Médico Cirúrgica, cada um com 240 horas.

O contexto em que se deu a promulgação das propostas de 1979.2 e 1981.2, ajuda a entender o lugar do estágio na formação da enfermeira. Para Colombo e Ballão (2014), o estágio com caráter educativo foi instituído nas escolas e faculdades, na realidade brasileira, no final da década de 1960, quando o Ministério do Trabalho e a Previdência Social apontaram-no como necessário para que o ensino fosse mais aperfeiçoado, articulando instituição escolar e empresa, devendo ser firmado entre essas, com carga horária, duração, bolsa, - se o caso - e seguro, sem que isso significasse vínculo empregatício.

Na década de 1970, foram estabelecidos os “estágios práticos” para alunos de nível superior, que se reportavam para áreas concebidas como estratégicas para o desenvolvimento do país para as quais havia déficit de mão de obra qualificada. Isso ocorria em instituições públicas e privadas, com possibilidades de bolsas, sem vinculação empregatícia. Naquela época, foram consideradas áreas estratégicas: engenharia; administração; economia e tecnologia, ficando de fora outras áreas, como a educação e a saúde, tendo em vista que, para o governo militar, não eram consideradas prioritárias, visto que centravam esforços para os campos da administração e das obras, isto é, da gestão e da infraestrutura para o desenvolvimento do país (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

Embora não houvesse ênfase aos estágios para cursos da saúde em 1970, eles sempre ocorreram, inclusive em décadas anteriores, mesmo que sem legislação sistemática para esse campo do conhecimento. A própria Escola de Enfermagem São Vicente de Paula - EESVP, gérmen do atual curso de Enfermagem da UECE, já realizava estágio com as alunas na formação em nível técnico de Enfermagem (MENDES, 2013).

Outra lei que influenciou os estágios na década de 1970 foi a Lei nº 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB para o 1º e 2º graus, e dá outras providências), que fixou normas para o estabelecimento de estágio, visando à profissionalização do aluno, porém, de forma autoritária, sem diálogo com a escola. Excetuando-se a LDB, a primeira lei que trata do estágio foi a Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 87.497, em 18 de agosto de 1982, que, dentre outros avanços, tratou da inclusão de aluno com deficiências (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

A Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, tratava sobre o Estágio de estudantes do Ensino Profissionalizante, Supletivo e Ensino Superior, que só deveria ocorrer em instituições que dispusessem das condições pertinentes. As pessoas jurídicas poderiam aceitar como estagiários apenas alunos que frequentassem instituição de ensino de 2º grau, supletivo ou superior, pública ou privada, realizando-se mediante convênio firmado entre estudante e instituição concedente, com intermediação da instituição de ensino. A jornada deveria compatibilizar-se com os horários de estudo do aluno e a carga horária de estágio que precisaria ser cumprida. No caso de estágio voluntário, que não fazia parte do currículo, deveria estar isento de termo de compromisso (BRASIL, 1977).

Diante dessas informações, o estágio na área da saúde não era prioridade do governo brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, portanto, embora já existisse essa inserção das alunas nos serviços de saúde, segundo Zabalza (2014), havia áreas nas quais o estágio teve uma tradição maior, como a Enfermagem, por ter um teor mais profissionalizante. Ratifica-se, porém, que, no referido período, ainda não existia essa preocupação em formalizá-lo e estabelecer diretrizes claras para a sua realização na realidade brasileira.

No currículo de 1985.2, o “Estágio Enfermagem” encontrava-se no 9º semestre, mantendo a carga horária de 480 horas (32 créditos) do currículo anterior (1981.2), ainda se organizando em “Estágio Enfermagem Materno Infantil” e “Estágio Enfermagem Médico Cirúrgica”, cada um com 240 horas, portanto cada um correspondente a 16 créditos (UECE, 1985). O currículo supracitado traz a ementa dos Estágios, o que auxilia a refletir sobre a sua contribuição para a formação da enfermeira para o cuidado.

O Estágio Enfermagem Médico Cirúrgica aponta para o aprendizado sobre o cuidado de enfermagem em situações do ambiente hospitalar, conforme está posto na “Ementa - Assistência de Enfermagem em pacientes com afecções médico-cirúrgico, Centro de Material e esterilização e Sala de Recuperação e Terapia Intensiva” (UECE, 1985, p. 19).

Já o Estágio Enfermagem Materno-infantil direciona-se para a assistência de enfermagem tanto na gestação quanto no período puerperal, nas patologias ginecológicas, direcionando-se também para a assistência ao RN, lactente, pré- escolar, escolar e adolescente. Isso pode ser identificado na Ementa que segue.

Assistência de Enfermagem integral a mulher no ciclo gravídico-puerperal e nas afecções ginecológicas e assistência de enfermagem integral ao neonato, lactente pré- escolar, escolar e adolescente nas necessidades básicas afetadas em cada fase (UECE, 1985, p. 19 e 20).

É pertinente estabelecer algumas reflexões. O Estágio I apresentava caráter centrado na dimensão da cura, ou seja, de tratar da doença. A partir da sua ementa, depreende-se inclusive que o cuidado era concebido como procedimento a ser realizado diante situações clínicas e patologias, em *locus* específico: a instituição hospitalar. O Estágio II, por ser realizado tanto em maternidades como em centros/unidades de saúde localizados na comunidade, tencionava outros aspectos. A partir da análise da sua ementa, o cuidado pautava-se numa perspectiva integral, o que pode ser constatado pela utilização das expressões: “assistência de enfermagem integral”; “necessidades básicas de cada fase”, voltando-se para atender às necessidades da criança e do adolescente e da mulher no ciclo reprodutivo, inclusive por ocasião do parto que era hospitalar.

A respeito do estágio do curso de Enfermagem da UECE, no currículo de 1985.2, influenciado pelo decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, que regulamenta a Lei nº 6494, de 07 de dezembro de 1977 e trata sobre o estágio curricular de alunos matriculados em instituições de 2º grau, de supletivo e ensino superior, públicas e privadas. Observa-se que o documento traz alguns avanços em relação ao estágio. Um deles refere-se à própria definição de estágio, concebendo-o como estratégia didático-pedagógica, por parte da instituição de ensino, visando ao processo educativo do aluno.

Art. 3º. O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público e privado, oferecendo oportunidade e campos de estágio, outras formas de ajuda, e colaborando no processo educativo (BRASIL, 1982, p. 01).

O referido decreto ainda estabelecia que cabia à instituição formativa a inserção do estágio na programação didático-pedagógica, cuja carga horária não poderia ser inferior a

um semestre, devendo responsabilizar-se pelo planejamento, supervisão e avaliação. A realização do estágio não implicava em vínculo empregatício para o aluno, sendo firmado por meio de termo assinado entre estudante e instituição concedente, com intermediação do estabelecimento de ensino (BRASIL, 1982).

Ademais, para que acontecesse o estágio, com o passar do tempo, fazia-se necessário celebrar instrumento jurídico entre a instituição formadora e o estabelecimento concedente, em que deveriam ser dispostas as condições para que o estágio acontecesse, devendo, se necessário, ter a transferência de recursos financeiros da instituição concedente para a de ensino, quando fosse o caso. Somando-se a isso, a instituição de ensino deveria responsabilizar-se por prover seguro de acidentes para o aluno, não podendo ser cobrada nenhuma taxa extra (BRASIL, 1982).

De certa forma, antes da promulgação do Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982 (BRASIL, 1982), já existia um contrato, ou uma adesão, ou ainda uma aceitação de ambas as partes (instituição formadora e instituição hospitalar) para recebimento do aluno, no caso da enfermagem, até porque havia uma necessidade, por parte do hospital, de mão de obra; o que não havia ainda era a normatização desta atividade, principalmente no que tange ao amparo do aluno que estagiava.

Desse modo, o início da discussão, com o Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, acerca da responsabilidade das instituições concedentes e de ensino, no que concerne ao estágio representa grande conquista, visto que, segundo Colombo e Ballão (2014), até a década de 1970, não havia qualquer responsabilidade por parte da escola ou da empresa em relação ao estágio, o que o tornava menos sistemático e mais instável, sem segurança na realização dessa experiência formativa por parte do aluno.

Reforçando esse posicionamento, para Marran, Lima e Bagnato (2015), a lei n. 6.494, de 1977, associada ao decreto n. 87.497/1982 que a regulamentou, foram fundamentais para coibir uma situação nociva recorrente no ensino de enfermagem, desde a sua gênese: os alunos constituíam-se mão de obra para os hospitais.

Todavia, na época, da ditadura militar, a educação tinha viés tecnicista, cujo objetivo era desenvolver o país. Isso possibilita a compreensão de que a proposta do Estágio I e II do curso de Enfermagem da UECE, em 1985, apresentava caráter procedimental, isto é, a realização de tarefas visando ao atendimento individual. Sob outra perspectiva, aparece, ainda que timidamente, a premissa de trabalhar um cuidado mais integral, valorizando as diversas dimensões da criança e do adolescente, o que pode ser compreendido pela influência do Movimento da Reforma Sanitária e das discussões por

um serviço em saúde pautado pela valorização da subjetividade, da singularidade e da integralidade dos sujeitos.

O Estágio, no currículo de 1997.1, é denominado de Estágio Curricular Supervisionado - ECS, correspondendo a 900 horas, 20 créditos, ocorrendo nos dois últimos semestres do curso: oitavo e nono, sendo 450 horas para cada semestre. O Estágio I, no oitavo período, dividia-se em Estágio Curricular Supervisionado na Rede Básica e Estágio Curricular Supervisionado na Rede Ambulatorial, cada um com 225 horas; já o Estágio II, que aconteceria no nono período, era o Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar, com 450 horas (UECE, 1997).

O Projeto Pedagógico do curso de Enfermagem, do ano de 1997, tem um tópico específico voltado somente para o estágio, no qual se destacam os seguintes aspectos: além do ensino prático e do conteúdo teórico-prático, estava preconizado que o aluno deveria cursar a carga horária referente ao Estágio nos dois últimos semestres do Curso. A carga horária corresponderia a 900 horas, no âmbito da assistência e da administração, englobando a rede básica, ambulatorial e hospitalar, somando-se ao ensino em nível de 1º e 2º graus (referente à licenciatura). Os estágios ainda deveriam possibilitar ao aluno exercitarem os conhecimentos e as habilidades aprendidos no decorrer do curso, avaliando suas competências antes do ingresso no mercado de trabalho, devendo envolver, obrigatoriamente, a participação de docentes e enfermeiros que trabalhassem nos serviços de saúde, desde o planejamento, a supervisão e a avaliação (UECE, 1997).

Identifica-se que a proposta pedagógica do estágio de Enfermagem da UECE, no currículo de 1997, foi influenciada, de modo particular, por duas legislações: a Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994 que tratava especificamente do estágio, e a Portaria nº 1.721, de 15 de dezembro de 1994 que dispunha sobre a formação em Enfermagem.

A Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994, alterava dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, tendo como uma das principais alterações a extensão das atividades de estágio ao ensino especial. As pessoas jurídicas poderiam aceitar como estagiários alunos matriculados em instituições de ensino públicas ou privadas, que estivessem no ensino de 2º grau profissionalizante, ensino superior ou educação especial. Esses estágios só ocorreriam em instituições que tivessem as condições adequadas para a sua realização, tendo por finalidade complementar o processo formativo, sendo planejado, executado, orientado e avaliado pela instituição de ensino (BRASIL, 1994).

Nesse mesmo contexto, a Portaria nº 1.721, de 15 de dezembro de 1994, que fixava os conteúdos mínimos e a duração do curso de Enfermagem, preconizando sua organização nas seguintes áreas temáticas: Ciências Biológicas e Humanas,

Fundamentos da Enfermagem, Assistência de Enfermagem e Administração em Enfermagem. Somando-se a isso, a instituição formadora tinha a incumbência de incluir o Estágio em diferentes espaços, transcorrendo, no mínimo, em dois semestres letivos. Como está posto no seu artigo 4º:

[...] além do conteúdo teórico e prático desenvolvido ao longo da formação do enfermeiro, ficam os cursos de Enfermagem obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais, ambulatórios e rede básica de serviços de saúde (BRASIL, 1994, p. 01).

Além disso, a Portaria nº 1.721, de 15 de dezembro de 1994 argumentava a necessidade de que, na formação em Enfermagem, em nível superior, o Estágio fosse desenvolvido sob supervisão docente, seguindo programação previamente estabelecida, devendo ocorrer no mínimo em dois semestres letivos, sendo indispensável a participação do enfermeiro do serviço (BRASIL, 1994).

Ao se voltar para o currículo de Enfermagem da UECE, o Estágio I deveria ser realizado no 8º período e o Estágio II, no 9º período. As ementas discorrem sobre o que seria tratado em cada um deles. O Estágio I – Assistência de Enfermagem na rede básica de saúde, com 450 horas, 10 créditos, aponta, em sua ementa:

[...] análise da assistência de Enfermagem em sistemas locais de saúde, caracterizando o seu processo de trabalho. Diagnóstico da situação e programação assistencial. Desenvolvimento de ações de assistência de Enfermagem, integral à população da área de abrangência do serviço de saúde (UECE, 1997, p. 50).

No que tange ao Estágio II – Assistência de Enfermagem na rede hospitalar, com 450 horas, 10 créditos, a ementa trata sobre “desenvolvimento de competência técnica, científica e ética através do cuidado prestado aos clientes em unidades de internação e ambulatórios, baseados no diagnóstico de Enfermagem” (UECE, 1997, p. 50).

Ao analisar a ementa do Estágio I, verifica-se que ela focaliza o desenvolvimento da assistência de enfermagem aos usuários que estão na área de abrangência do serviço de saúde, definindo o processo de trabalho, a partir da análise dos sistemas de saúde. Merece destaque o enfoque dado ao processo de trabalho do enfermeiro. A esse respeito, Benito *et. al.* (2012) mencionam que é relevante, por parte do aluno, na vivência do Estágio Curricular, a aquisição da sua identidade no que concerne ao processo de trabalho, sendo capaz de lidar com os diversos contextos presentes no mercado de trabalho.

No Estágio II, diferentemente do Estágio I, aparece o verbete “cuidado”, enfocando o desenvolvimento da competência técnica, científica e ética para saber cuidar, atendendo aos sujeitos em nível ambulatorial e de internação, partindo do diagnóstico de

Enfermagem para realizá-lo. Essa proposta remete também a Benito et al. (2012), quando afirmam que o Estágio Supervisionado deve configurar-se um momento formativo para que o aluno aprenda a produzir um cuidado em saúde de modo integral, a partir das necessidades do indivíduo, de modo que extrapole a dimensão biológica, valorizando as diversas perspectivas que perfazem a questão de saúde-doença: social, histórica, psicológica, econômica e espiritual.

Ao mencionar que, no Estágio II, diferentemente do Estágio I, a palavra “cuidado” é utilizada, não se está dizendo que ele não é trabalhado; apenas suscita a reflexão de que esse verbete não aparece, sendo substituído por outro, que é “assistência de enfermagem”, o que instiga reflexões sobre o significado desses termos e o fato de serem utilizados como sinônimos.

Também há a ênfase, em diversos momentos no Projeto Pedagógico de Enfermagem, de que a inserção dos alunos nas instituições de saúde, por meio das aulas práticas e do estágio curricular supervisionado, possibilitaria integração entre ensino e serviço (UECE, 1997). Para Benito *et. al.* (2012), a interação entre universidade e serviço de saúde, no estágio, é benéfico para o aluno que tem a oportunidade de conhecer a realidade do trabalho em saúde e para o professor-supervisor que fica em permanente diálogo com o serviço de saúde, bem como para a instituição de saúde que tem a oportunidade de entrar em contato com os saberes atualizados da universidade, o que pode contribuir para aprimorar e inovar o espaço.

Corroborar-se com esse pensamento: há benefícios mútuos, tanto para a instituição de saúde como para a de ensino e, por conseguinte, para os profissionais envolvidos no Estágio, pois há a possibilidade de aprendizados e aperfeiçoamentos mútuos acerca do processo de trabalho. A esse respeito, Zabalza (2014) argumenta que o estágio traz contribuições para todos os âmbitos envolvidos, isto é, tanto para o estabelecimento de ensino, como para a instituição de trabalho e, conseqüentemente, para todos os sujeitos envolvidos, a saber: aluno, professor e profissionais do serviço.

Para a Universidade, propicia a aproximação da Instituição de Ensino Superior – IES do mercado de trabalho, passando a conhecê-lo melhor em relação às suas demandas e necessidades, assim como instiga ajustes entre os estudos e as demandas formativas. Desse modo, o aluno tem um momento de (auto)formação, de articulação entre teoria e prática, ao se inserir no ambiente de trabalho. O professor tem a possibilidade de propiciar a aquisição de habilidades técnicas e éticas aos alunos, bem como garantir a vivência de experiências formativas, além de repensar o próprio processo formativo e seu papel como docente. Para a instituição de trabalho, o estágio possibilita a

revisão dos processos de trabalho, o crescimento e a reflexão sobre o serviço produzido, incentivando os profissionais a aderirem a uma educação permanente, somando-se ao fato de que a inserção de estudantes na condição de estagiários e professores, como supervisores possibilita que a instituição de trabalho assuma suas responsabilidades de formar os futuros profissionais, a partir das necessidades da realidade (ZABALZA, 2014).

No entanto, em virtude inclusive dos antecedentes históricos que apontam a não existência de uma base teórica e legal sobre o Estágio, infelizmente, em muitas circunstâncias, esse momento formativo ainda é vislumbrado de forma distorcida. O estabelecimento de saúde concebe o estagiário como alguém que está ali apenas para usufruir do aprendizado que pode ter, fechando-se para parcerias e compartilhamentos de outras experiências e saberes e a instituição de ensino, por vezes, foca apenas nos limites do campo de estágio, esquecendo-se das potencialidades e do que pode fazer para melhorar aquele espaço. Por isso, ainda que seja tema debatido, as discussões acerca do estágio nunca serão demais para que possa ser fortalecido e aprimorado por meio da articulação entre ensino e serviço.

O currículo de 2005.1 de Enfermagem da UECE, em vigor até os dias atuais (2020), traz uma inovação, ao invés de estágio supervisionado, propõe o internato de Enfermagem, com 1020 horas, que deveria ocorrer também nos dois últimos períodos do curso: oitavo e nono. Até 2004, o Estágio Supervisionado I e II aconteciam, respectivamente, no oitavo semestre, na Atenção Primária e no âmbito ambulatorial, e no nono, na área hospitalar. A partir de 2005, passa a ocorrer o Internato, também nos dois últimos períodos do curso, organizando-se em Internato I e Internato II (UECE, 2005).

No próprio Projeto Pedagógico, há justificativa para a implementação do internato. De início, há o relato de que era esperado que os alunos de Enfermagem conseguissem desenvolver uma experiência mais estreita com as equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dos hospitais, desenvolvendo uma formação generalista. Entretanto, as avaliações realizadas pelos alunos e professores apontaram, dentre outros aspectos, que havia a necessidade de estabelecer maior integração entre os acadêmicos e os campos de práticas. Isso porque o estágio relacionava-se à carga horária regulamentada a partir do calendário acadêmico, logo ocorria uma descontinuidade da participação dos estudantes na instituição. Assim, a proposta era de que o Internato pela forma como estava organizado propiciaria mais interação entre acadêmicos e profissionais do serviço.

A situação supracitada do estágio gerava a dificuldade de criar a cultura de perceber os alunos nos campos de estágio e, por conseguinte, a missão profissional do enfermeiro em participar desse processo de formação. Houve, portanto, a proposta de

introduzir o Internato, a fim de assegurar uma participação contínua dos alunos de Enfermagem, no campo de prática, no decorrer 12 meses do ano, propiciando mais subsídios para a articulação entre ensino e serviço e, conseqüentemente, a integração entre docente e assistência (UECE, 2005).

A Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Enfermagem, orientou a elaboração do curso da UECE. Essa Resolução dispõe que a formação em Enfermagem, além de focar os conteúdos teóricos e práticos propostos, deve incluir, nos dois últimos semestres, o estágio supervisionado nas unidades básicas, ambulatorios, hospitais e comunidades. Sendo que esse estágio supervisionado deve englobar pelo menos 20% de carga horária do curso, sob a elaboração e a supervisão de professor, possibilitando a participação do enfermeiro do serviço (BRASIL, 2001). O curso de Enfermagem da UECE tem carga horária total de 4350 horas e o Internato com 1020 horas, que equivale a 23,4% dessa carga horária total, o que se adequa às diretrizes propostas para a Enfermagem.

No PP do curso de Enfermagem, há um tópico destinado exclusivamente para tratar do Internato de Enfermagem, no qual há a menção de que a sua finalidade é fortalecer a formação generalista do Bacharel em Enfermagem, compreendendo as experiências pré-profissionais em ambulatorios, hospitais, atenção básica e comunidade. A inserção nos serviços deveria ocorrer ao longo do curso, porém, nos dois últimos semestres, em particular, possibilita ao aluno integrar-se com os profissionais do serviço, tentando apropriar-se da capacidade de resolver problemas dos usuários, juntamente com a equipe (UECE, 2005).

Inclusive há a retrospectiva dos aspectos que antecederam à implantação do Internato, mencionando que, em 1996, houve o aumento da carga horária destinada ao estágio de um para dois semestres. O aluno deveria cursar o Estágio no 8º período, relacionado à unidade básica de saúde e ambulatório e, no 9º período, referente ao âmbito hospitalar. Há o destaque para o fato de que o local do estágio era decidido entre professor e aluno, podendo ocorrer na zona rural, desde que existisse convênio celebrado entre a instituição de ensino e o estabelecimento de saúde.

Visando sistematizar mais adequadamente as condições para que o aluno pudesse vivenciar o processo de trabalho do enfermeiro, a coordenação e o colegiado do curso fomentaram, por meio de reuniões e debates, a proposta pedagógica do Internato, com carga horária total de 1020 horas, divididas em 510 horas nos oitavo e nono períodos, reorganizando a metodologia de ensino nos campos das práticas, utilizando instrumentos avaliativos em relação a esse momento formativo, com a participação de alunos,

professores e enfermeiro do serviço, bem como realizando reuniões para planejamento e avaliação (UECE, 2005).

A partir desse relato extraído do PP de Enfermagem da UECE, de 2005, é perceptível que o Internato não se trata apenas de uma nova forma de denominar o período de imersão dos alunos nas instituições de saúde, ao final do curso de Enfermagem, e sim numa proposta pedagógica com características singulares. Faz-se relevante destacar isso, porque alguns teóricos, tais como Ignotti et al. (2014), colocam as terminologias: estágio supervisionado e internato, como sinônimos, o que pode ser observado a seguir.

Neste cenário de formação, destacam-se os estágios curriculares, também conhecidos como internato em Enfermagem, que proporcionam uma vivência integral no campo assistencial de saúde, remetendo à melhoria do processo ensino-aprendizagem dos futuros enfermeiros (IGNOTTI et al., 2014, p. 444).

Entretanto, consoante Garcia *et. al.* (2014), algumas instituições, ao invés de Estágio, optam pelo Internato em Enfermagem, o que não se constitui uma simples mudança de nomenclatura, e sim numa proposta diferenciada, visando integrar mais alunos, professores e enfermeiros.

Partindo das leituras e pesquisas, argumenta-se que a proposta do Internato, em particular no caso do curso de Enfermagem da UECE, configura-se em nova proposta formativa, e não apenas a mudança de nomenclatura de Estágio para Internato. Isso porque a mudança se pautou não apenas no aumento da carga horária, e sim em ações, práticas, estratégias metodológicas que possibilitaram maior vínculo entre acadêmicos, preceptores e supervisores.

Conforme Maria, Silva e Berardinelli (1991), a primeira instituição a implantar o Internato no curso de Enfermagem, no Brasil, foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, na década de 1990, tomando como referência o internato de Medicina, visto que não havia relatos dessa experiência na formação em Enfermagem e a integração docente e assistencial, a fim de aproximar o professor dos serviços de saúde. Desse modo, segundo Garcia *et. al.* (2014), para os estudantes, o Internato configura-se numa oportunidade profícua de aprendizagem, por permitir uma aproximação mais estreita entre ensino e serviço, articulando teoria e prática. Há parcerias estabelecidas entre professor, enfermeiro e interno, garantindo o êxito desse momento formativo, ressaltando o papel da enfermeira do serviço que ajuda o aluno a desenvolver suas potencialidades.

Na ementa do Internato do curso de Enfermagem da UECE, há uma explanação dos seus propósitos.

INTERNATO – 64 cr (1020 h)

Estágio curricular para formação do bacharel generalista em enfermagem sob a forma de internato, com duração de um ano. Aproximação da prática profissional, envolvendo cuidados ao ser humano no ciclo vital, desenvolvida na atenção primária, secundária e terciária. Integração à equipe de saúde da instituição onde o estágio se desenvolve, visando aliar teoria e prática no exercício profissional, assim como, maturidade para tomada de decisão e resolubilidade dos problemas do serviço e dos usuários, no âmbito de sua competência (UECE, 2005, p. 36).

A esse respeito, é necessário estabelecer algumas considerações: o internato deve ter duração de um ano, tendo o interno o direito a férias de 30 dias, com o foco para a formação do bacharel generalista, visando oportunizar a aproximação com a prática da profissão, articulando teoria e prática, desenvolvendo maturidade para tomar decisões e resolver problemas. Envolve, ainda, o cuidado ao ser humano nas diferentes etapas da vida, devendo ocorrer nos distintos níveis de atenção: primária, secundária e terciária, propiciando integração do interno com a equipe de onde ocorre o estágio (UECE, 2005).

Em síntese, três aspectos são bastante enfatizados na ementa do Internato: produção do cuidado no ciclo de vida, nos diferentes níveis de atenção; integração do aluno à equipe e às instituições onde realiza o internato; preparação do aluno para que seja capaz de decidir, de ter competências e resolutividade acerca dos problemas de saúde.

Marran, Lima e Bagnato (2005), mesmo escrevendo isso há mais dez anos, auxiliam a compreender esses aspectos, ao afirmarem que a Universidade vem se preocupando em potencializar o Estágio ou Internato como local de amadurecimento do saber-fazer do aluno, ao inseri-lo na realidade da produção do atendimento em saúde, a fim de aproximar o campo de estágio/internato do campo de trabalho, tendo em vista que estreitar o vínculo entre IES e serviço de saúde, é indispensável para que o aluno possa formar-se como profissional capaz de transformar a realidade.

Sobremais, a forma como é redigida a ementa aponta para a perspectiva de pensar o internato como espaço em que o aluno está sendo formado para o exercício de uma profissão, e não como um mero trabalhador terceirizado que está ali apenas para cumprir ordens ou realizar tarefas a que os outros se negam. Uma realidade comum, que só foi combatida graças a toda a legislação de estágio publicada desde a década de 1970.

Mattos (2009) aponta que a integralidade pode ser vislumbrada sob distintas nuances, duas delas são: a percepção do ser humano nas diferentes dimensões que o perpassam e a produção do atendimento em saúde nos distintos níveis de atenção que compõem o sistema de saúde: primário, secundário e terciário. Identifica-se, então, na ementa do Internato do curso de Enfermagem da UECE, a integralidade, como um dos

princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS), nessas duas perspectivas ao fazer menção para cuidar do ser humano no decorrer do seu ciclo vital, bem como o atendimento ao sujeito nas instituições, nos distintos níveis de complexidade.

Após analisar como é apresentado o Estágio/Internato na trajetória do curso de Enfermagem da UECE, elabora-se o seguinte quadro que sintetiza a concepção de cuidado presente em cada proposta de Estágio/Internato nos diversos currículos e Projetos Pedagógicos de Enfermagem da UECE:

Quadro 01: Concepção de cuidado de enfermagem emergente do estágio/internato do curso de enfermagem da universidade estadual do Ceará – UECE, no período de 1979-2018, tomando como referência os currículo e/ou os projeto pedagógicos, Fortaleza-Ceará (2019).

CURRÍCULO E/OU PROJETO PEDAGÓGICO	MODALIDADE (ESTÁGIO E/OU INTERNATO)	CONCEITO DE CUIDADO
Currículo de 1979.2	Não há menção a esse componente específico	---
Currículo de 1981.2	Estágio, dividindo-se em Estágio Enfermagem Materno Infantil e Estágio Enfermagem Médico Cirúrgica (nono período)	Cuidado como conjunto de procedimentos a ser realizado visando intervir na recuperação das condições clínicas e cirúrgicas dos indivíduos, somando-se ao atendimento ao binômio mãe-feto
Currículo de 1985.2	Estágio Enfermagem Médico Cirúrgica e Estágio Enfermagem Materno- infantil (oitavo e nono períodos, respectivamente)	Cuidado, numa perspectiva ambígua, como o ato de tratar da doença apresentada pelo sujeito, sob um viés curativista, materializado pelos procedimentos a serem realizados diante de situações clínicas e patológicas, no ambiente hospitalar; ao mesmo tempo, com uma proposta integral, voltada para as necessidades da criança e do adolescente e da mulher no ciclo reprodutivo
Currículo e Projeto Pedagógico 1997.1	Estágio I - Estágio Curricular Supervisionado na Rede Básica e Estágio II - Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar (oitavo e nono períodos, respectivamente)	Cuidado como a possibilidade de desenvolver competências técnica, científica e ética, atendendo aos sujeitos em nível ambulatorial e de internação e a assistência de enfermagem aos usuários que estão na área de abrangência do serviço de saúde, valorizando seu contexto e aspectos individuais
Currículo e Projeto Pedagógico 2005.1	Internato I e II (oitavo e nono períodos, respectivamente)	Cuidado como articulação entre teoria e prática, voltado para o ser humano nas diferentes etapas do ciclo de vida, nos distintos níveis de atenção à saúde, o que requer o desenvolvimento de competências para a tomada de decisões e resolver os problemas de saúde, a partir da integração com a equipe

Fonte: elaborado pelas autoras (2019).

A partir da análise dos documentos do curso de Enfermagem da UECE (currículo e/ou Projeto Pedagógico), pode-se apresentar, no quadro acima, o Estágio/Internato e a concepção de cuidado presente em cada currículo e, dessa forma, é possível entender que houve transformações, tanto no ponto de vista da nomenclatura desse componente curricular, bem como da carga horária, assim como das concepções que o perpassaram/perpassam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Enfermagem da UECE passou por várias modificações, que levaram a continuidades e rupturas no ato de ensinar o cuidado, tanto que o referido curso ofertou o Estágio e depois apostou na proposta do Internato. No primeiro currículo de Enfermagem da UECE, o de 1979.2, não havia a menção direta à realização do Estágio, embora este existisse; no currículo seguinte, o de 1981.2, há referência ao Estágio, que se estruturava em dois: Materno Infantil e Médico Cirúrgica, ocorrendo apenas no nono período, contabilizando, cada um, 240 horas, o que totalizava 480 horas. A carga horária destinada à Saúde Pública estava inserida no Estágio Materno Infantil, juntamente com a carga horária que era destinada ao âmbito hospitalar, nas maternidades em particular. Logo, havia uma carga horária maior destinada às instituições hospitalares, caso se analise que o Estágio Médico Cirúrgico somente se dava nesse contexto e o Estágio Materno Infantil ainda destinava carga horária para os estabelecimentos hospitalares.

No Estágio do currículo de 1981.2, era construída a concepção de cuidado como procedimentos a serem realizados, particularmente em situações clínicas e cirúrgicas e no atendimento mãe-feto. Identifica-se, porém, lacuna no que tange ao cuidado destinado ao homem, ao adolescente, à comunidade, com ações de prevenção e de educação em saúde, o que denota que esse Estágio trazia uma concepção de cuidado circunscrita a determinadas fases da vida ou circunstâncias clínicas, logo limitada.

No currículo de 1985.2, o Estágio mantém a mesma carga horária do currículo antecessor (continuidade), o de 1981, entretanto ocorria em dois períodos: oitavo e nono (ruptura), continuando a ser denominado respectivamente de Enfermagem Médico Cirúrgica e Enfermagem Materno-infantil, cada qual com 240 horas. Nesse período, a concepção de cuidado construída, no estágio, apresentava uma duplicidade: tratar a patologia, focado na dimensão curativista, materializando-se pela realização de procedimentos no cenário hospitalar, ao mesmo tempo em que havia a proposta de

atenção integral à saúde da criança, do adolescente e da mulher no ciclo reprodutivo, o que é, por mais discreta que o seja, uma ruptura em relação ao currículo anterior, pois fazia menção à saúde do adolescente.

Entretanto, havia o silenciamento acerca do cuidado destinado ao homem e à mulher fora do período reprodutivo. A dualidade: procedimentos hospitalares *versus* atenção integral inclusive advinha das discussões relativas ao campo da Saúde Pública que começavam a ganhar mais ênfase; entretanto continuavam contrastando com o foco curativista e hospitalocêntrico da formação da enfermeira na UECE.

No quarto currículo, em 1997.1, o Estágio continuava a ocorrer nos dois últimos períodos do curso (continuidade), porém passava a organizar-se em três propostas, apresentando o dobro da carga horária do currículo predecessor (ruptura), o de 1985.2. No oitavo período, ocorriam os Estágios Curriculares Supervisionados na rede ambulatorial e na Atenção Básica (ruptura), cada um com 240 horas e, no nono período, o Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar, com 480 horas (ruptura). Nesse momento, o cuidado é vislumbrado como o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e éticas, para o atendimento do indivíduo nos diferentes níveis de atenção à saúde, levando em consideração o contexto em que se inseriam: atenção primária ou estabelecimentos hospitalares.

Já o quinto currículo, de 2005.1, ao invés de Estágio Supervisionado, propõe o Internato (ruptura), o qual é realizado nos oitavo e nono períodos (continuidade), denominando-se, respectivamente, de Internato I e Internato II, cada qual com 510 horas (ruptura). Então, o cuidado passa a ser concebido como a capacidade de tomar decisões e, assim, resolver problemas de saúde nas distintas etapas do ciclo vital, o que pressupõe integração com os demais membros da equipe em todos os níveis de atenção à saúde, compreendendo que há especificidades desse cuidado, dependendo da realidade onde se insere o indivíduo a ser entendido.

Por mais que gradativamente tenham sido inseridas disciplinas do campo da saúde pública/saúde coletiva, ainda é perceptível o forte enfoque da formação para o cuidado da enfermeira da UECE para o âmbito hospitalar, tanto que o Estágio, no currículo, de 1997 e o Internato, no currículo de 2005, ainda mantêm maior carga horária direcionada para a instituição hospitalar, em detrimento da carga horária destinada à Atenção Primária.

Assim, o Estágio/Internato encontra-se em constantes transformações. Analisar essas mudanças implica reconhecer as modificações na própria matriz curricular de Enfermagem, como algo dinâmico, que vai influenciando, assim como influencia o contexto no qual se insere e que necessita não só atender às demandas técnico-

científicas inerentes à própria área profissional, mas também às perspectivas pedagógicas que perpassam o processo educativo.

Ante esse panorama, constata-se a relevância de aproximar-se e apropriar-se dos documentos, no caso deste estudo das matrizes curriculares e dos projetos pedagógicos, como forma de conhecer o que está posto e, conseqüentemente, o que fundamenta, do ponto de vista epistemológico-metodológico, o processo de formação em Enfermagem, mais especificamente a partir do estágio ou internato. Desse modo, os documentos falam, quer por meio do que está textualmente representado através das palavras, quer por meio do referencial teórico ou jurídico/legal em que se apoiam, quer por aquilo que fica implícito, nas entrelinhas, e que também precisa ser aprendido e apreendido.

Em relação aos conhecimentos do campo da história da Enfermagem, foram compreendidos como pertinentes para uma compreensão crítica de como se foi configurando a Enfermagem como categoria profissional e, de modo particular, a formação da enfermeira para o cuidado. Então, pode-se debruçar sobre os aspectos que ainda persistem até hoje, como elementos caracterizadores da formação nessa área profissional, tais como: ênfase no âmbito hospitalar e fragilidade nos vínculos entre instituição de ensino e estabelecimento de saúde situações que continuam a desafiar a realidade atual historicamente construída.

Por fim, a pesquisa em educação com abordagem histórica, em particular ao se reportar para a fonte documental constitui-se pertinente estratégia para conhecer melhor os aspectos que perpassam o processo de ensino e aprendizagem. De forma específica, na Enfermagem, contribui para o entendimento da sua trajetória, ao mesmo tempo em que aponta caminhos a serem trilhados, a fim de que o que foi, historicamente, escrito nos documentos possa dialogar com o que foi e continua sendo escrito no cotidiano da sala de aula e nas instituições de saúde.

REFERÊNCIAS

BENITO, Gladys Amélia Velez; TRISTÃO, Kamila Medani; PAULA, Ana Cláudia Schuab Faria de; SANTOS, Mariana Andrade dos; ATAÍDE, Lorena Jácome; LIMA, Rita de Cássia Duarte. Desenvolvimento de competências gerais durante o estágio supervisionado. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 65, n. 01, p. 172-178, jan-fev, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v65n1/25.pdf> Acesso em: 08 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1977. Disponível em: <http://www.fssestagio.uerj.br/legislacao/lei6494.pdf> Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87497-18-agosto-1982-437538-norma-pe.html> Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n. 1721, de 15 de dezembro de 1994. Dispõe sobre currículo mínimo e duração do Curso de Enfermagem. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1994. Seção 1, p. 19.801. Disponível em: <http://www.portaldafenmagem.com.br/legislacao-read.asp?id=305> Acesso em: 21 abril 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Estadual de Saúde, nº 3, de 7 de novembro de 2001. **Ministério da Educação**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Enf.pdf> Acesso em: 20 maio 2018.

COLLIÈRE, Marie Fraçoise. **Promover la vida**. Cidade do México: McGraw-Hill, 2001.

COLOMBO, Irineu Mário; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, p. 171-186, jul./set., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n53/11.pdf> Acesso em: 12 jul. 2018.

CONDE, Erica Pires. O pedagógico na evolução histórica legal do estágio supervisionado. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 09, n. 02, p. 359 – 368, maio-agos., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/rec.v9i2.25666/16100> Acesso em: 20 maio. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sociohistórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 01, n. 116, p. 21-39, julho, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002 Acesso em: 30 nov. 2016.

GARCIA, Simone Domingues; VANNUCHI, Marli Terezinha Oliveira; GARANHANI, Maria Lúcia; SORDI, Mara Regina Lemes de. Internato de enfermagem: o significado para os internos de uma universidade pública. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 02, p. 212- 218, 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/13601/10407/> Acesso em: 15 out. 2015.

GEOVANINI, Telma; MOREIRA, Almerinda; SCHOELLER, Soraia Dornelles; MACHADO, William César Alves. **História da Enfermagem: versões e interpretações**. 4 ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter Publicações, 2019.

GONZÁLEZ, José Siles. Teoria e método nos estudos históricos em enfermagem – o Modelo Estrutural Dialético dos Cuidados (MEDC). In: OGUISSO, TAKA; FREITAS, Genival Fernandes de; GONZÁLEZ, José Siles. (Orgs.). **Enfermagem: história, cultura dos cuidados e métodos**. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2016.

IGNOTTI, Beatriz Silva; VANNUCHI, Marli Terezinha Oliveira; GARCIA, Simone Rodrigues; SIMÕES, Thayane Roberto, Estruturação do Internato de Enfermagem na Percepção dos Internos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 38, n. 04, p. 444-450, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v38n4/05.pdf> Acesso em: 04 jul. 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MARRAN, Ana Lúcia; LIMA, Paulo Gomes; BAGNATO, Maria Helena Salgado. As políticas educacionais e o estágio curricular supervisionado no curso de graduação em enfermagem. **Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 1, p. 89-108, jan./abr., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v13n1/1981-7746-tes-1981-7746-sip00025.pdf> Acesso em: 08 jul. 2018.

MATTOS, Ruben Araújo de. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de. A. **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC, IMS/UERJ, ABRASCO, 2009. p. 43-67.

MENDES, Emanoela Terezinha Bessa. **A formação da enfermeira cearense e a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1943-1977)**. 2013. 306 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 03, p. 621-626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf> Acesso em: 11 fev. 2018.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; ALMEIDA, Maria Irismar; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Ensino de Enfermagem no Ceará de 1942-1956: a memória que projeta o futuro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 01, p. 125-130, 2008a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672008000100021&script=sci_arttext / Acesso em: 21 maio 2015.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; ALMEIDA, Maria Irismar; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Enfermagem no Ceará: fatos, reflexões e propostas para a preservação da história e memória da profissão. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 02, p. 258-261, 2008b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672008000200019&script=sci_arttext/ Acesso em: 21 maio 2015.

OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; VERÍSSIMO, M. de Lá Ó Ramalho; PUSCHEL, Vilanice de Araújo; RIESCO, Maria Luiza Gonzalez. Desafios da formação em enfermagem no Brasil: proposta curricular da EEUSP para o bacharelado em enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 820-825, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000500014/
Acesso em: 15 out. 2015.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.14, n. 04, p. 575-584, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>
Acesso: 15 jun. 2016.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; MANCIA, Joel Rolim. Florence Nightingale e as irmãs de caridade: revisitando a história. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 06, p. 723-726, nov.-dez., 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000600018
Acesso: 15 set. 2016.

MARIA, Vania Oliveira Santos; SILVA, Maria Virginia Godoy da; BERARDINELLI, Lina Márcia Miguez. Preceptorial: elo da integração docente assistencial – suporte para o internato de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 44, n. 01, p. 49-54, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71671991000100009&script=sci_arttext/ Acesso em: 15 dez. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE. Justificativa do Curso de Enfermagem. Fortaleza: UECE, 1985.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE. Centro de Ciências da Saúde/Universidade Estadual do Ceará. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem**. Fortaleza: UECE, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. Campinas: Papirus, 2002.

VIEIRA, Alcivan Nunes; SILVEIRA, Lia Carneiro. O cuidado e a clínica na formação do enfermeiro: saberes, práticas e modos de subjetivação. **Revista da Escola de Enfermagem Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 04, p.776-783, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000400017/
Acesso em: 15 dez. 2016.

ZABALZA, Miguel Antoni. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, 2014.